

# **O último lazareto *terrestre* de fronteira: Vila Real de Santo António na “segunda temporada colérica” (1885/1886)**

## **The last terrestrial border lazaretto: Vila Real de Santo António in the 'second cholera season' (1885/1886)**

Laurinda Abreu  
Universidade de Évora  
lfsa@uevora.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1037-2804>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/01/2024

Texto aprovado em / Text approved on: 28/03/2024

### *Abstract*

Built on the beach of Meio do Alto, intended to accommodate individuals in quarantine arriving from Spain via the river, not subject to maritime health regulations, the lazaretto of Vila Real de Santo António was the last terrestrial lazaretto established in Portugal. Open to the public on July 15, 1885, it was also the final one to be closed on April 22, 1886, marking the end of the strictest version of traditional epidemic control measures in Portugal. This paper focuses on this lazaretto and the constraints associated with its creation. The analysis also includes the repatriation process of Algarve fishermen detained in Isla Cristina during the “second cholera season” of the outbreak that began in 1884.

Keywords: cholera; quarantines; lazaretos; Vila Real de Santo António; Isla Cristina.

### *Resumo*

Construído na praia do Meio do Alto, destinado a acolher quarentenários procedentes de Espanha pela via fluvial, não sujeitos aos regulamentos de sanidade marítima, o lazareto de Vila Real de Santo António foi o último lazareto terrestre estabelecido em Portugal. Aberto ao público a 15 de julho de 1885, foi, também, o derradeiro a ser encerrado, a 22 de abril de 1886, e, com ele, a versão mais rigorosa dos meios tradicionais de combate às epidemias em Portugal. É sobre este lazareto, e os condicionalismos ligados à sua criação, que se debruça o presente texto. Em análise estará igualmente o processo de repatriamento dos pescadores algarvios retidos na Isla Cristina durante a designada “segunda temporada colérica” do surto iniciado em 1884.

Palavras-chave: cólera; quarentenas; lazaretos; Vila Real de Santo António; Isla Cristina.

## Introdução

Proveniente do subcontinente indiano onde era endêmica, a cólera espalhou-se pela Europa nos anos de 1830, associada à expansão colonial e comercial<sup>1</sup>, quando cientistas e higienistas começavam a alcançar ganhos significativos sobre vários fatores responsáveis pelo excesso da mortalidade<sup>2</sup>. Desconhecendo a etiologia da doença, as autoridades enfrentaram a cólera recorrendo aos métodos ancestrais contra as epidemias de peste, já longínquas na Europa, à exceção da que se abatera sobre Marselha em 1720: desinfecção e isolamento, para quebrar a cadeia do contágio<sup>3</sup>. Em alguns países, seguindo os procedimentos adotados no século XVIII pela monarquia dos Habsburgos na fronteira com o Império Otomano, reforçou-se o controlo da mobilidade com os estados vizinhos através de cordões sanitários, que incluíam lazaretos, hospitais e postos de vigilância. Rapidamente se verificaria, porém, que os mecanismos quarentenários tradicionais não eram suficientes para sustentar a propagação da cólera<sup>4</sup>.

Concomitantemente, em Inglaterra e França, pioneiras no desenvolvimento da saúde pública, avançavam as políticas higienistas e sanitárias. Dentre todas, sobressairia o ambicioso programa de saneamento empreendido por Edwin Chadwick, assente na generalização do sistema de esgotos e fornecimento de água potável. Um programa com a dupla virtualidade de manter o país e o comércio externo a funcionar sem constrangimentos de maior durante as epidemias. Neste último caso, contudo, havia necessidade de arregimentar os demais países para agirem do mesmo modo, objetivo que esteve na origem das Conferências Sanitárias Internacionais, a primeira das quais realizada em Paris, em 1851<sup>5</sup>. Todavia, tanto nesta conferência como na seguinte (1859), as dúvidas em relação ao caráter contagioso da doença obstaculizaram a aceitação do fim dos mecanismos quarentenários no sentido pretendido pela Inglaterra.

---

<sup>1</sup> Sobre as cronologias das diferentes vagas pandêmicas, veja-se Anne Hardy, “Cholera, quarantine and the English preventive system, 1850-1895”, *Medical History* 37 (1993), p. 250.

<sup>2</sup> Patrice Bourdelais, *Les épidémies terrassées, une histoire de pays riches*, Paris, La Martinière, 2003.

<sup>3</sup> Cf. Urška Bratoz, “Cholera at the junction of maritime and land routes in nineteenth-century Trieste” in Christian Promitzer and Paul Weindling (ed.), *Medicalising borders. Selection, containment and quarantine since 1800*, Sevasti Trubeta, Manchester University Press, 2021, p. 56-77.

<sup>4</sup> Dentre outros, Benoît Pouget, “Choléra, impérialisme(s) européen(s) et frontières sanitaires en Méditerranée au XIXe siècle”, *L’encyclopédie EHNE*, (<https://ehne.fr/fr/encyclopedia/articles-a-z>, consultado em 2024.01.25).

<sup>5</sup> Sobre a presença portuguesa nestas conferências, veja-se Maria Rita Lino Garnel, “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009), p. 229-251.

Mesmo perante a demonstração de que a quarta vaga epidémica havia tido origem nas rotas de peregrinação do mar Vermelho, e, de certa forma, legitimada pelos estudos de John Snow e William Farr sobre o efeito da água contaminada na transmissão da cólera, a Inglaterra não recua, reforçando aquilo que Peter Baldwin designa como neoquarentenismo: a articulação do sanitarismo profilático com o controlo quarentenário sobre os infetados ou potenciais portadores da doença. Cientes do valor desta forma de atuação, mas, também, da reduzida abrangência da cobertura sanitária, sobretudo entre as suas populações mais pobres<sup>6</sup>, Portugal, Suécia, Prússia e França voltam a não ceder à Inglaterra<sup>7</sup>, embora, na conferência de Viena, em 1874, a maioria dos países concorde quanto à ineficácia das quarentenas terrestres.

Conquanto as divergências persistissem, às vezes dentro de uma mesma entidade política, com o passar do tempo, mesmo os países mais conservadores tenderam a abrandar as medidas quarentenárias<sup>8</sup>, escudados no desenvolvimento da ciência e nos avanços da bacteriologia: com realce para Filippo Pacini, que, em 1854, identificou o *vibrio cholerae* como uma bactéria, Louis Pasteur e Robert Koch, que lançavam as bases da bacteriologia e da microbiologia médica moderna, e Jaime Ferrán y Clúa, que ensaiava, em 1885, a primeira vacina contra a cólera. Não foi essa a situação de Portugal<sup>9</sup>, que, aquando do surto de cólera de 1884/1885, recorrendo às aprendizagens adquiridas durante a epidemia de cólera da década de 1850, deu uma escala nunca antes vista aos meios quarentenários tradicionais<sup>10</sup>.

A importância que atribuímos àquela que foi a última das duas epidemias de cólera que assolaram o Portugal oitocentista, a de 1855/1856<sup>11</sup>, explica-se

---

<sup>6</sup> Peter Baldwin, *Contagion and the State in Europe, 1830-1930*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 142-143.

<sup>7</sup> As opiniões das potências europeias em relação às práticas quarentenárias tendiam a variar quando se tratava das suas colónias. Sobre o assunto, veja-se Francisco Javier Martínez, “Hegemony in the mid-nineteenth century Mediterranean”, *French History*, 30 (2016), 1, p. 77-98.

<sup>8</sup> Peter Baldwin, *Contagion and the State...*, cit., p. 159-161.

<sup>9</sup> Sobre as fronteiras marítimas, veja-se Pere Salas-Vives; Joana Maria Pujadas-Mora, “Cordons Sanitaires and the Rationalisation Process in Southern Europe (Nineteenth-Century Majorca)”, *Medical History*, 62, 3 (2018), p. 315.

<sup>10</sup> Recorde-se que mesmo a Inglaterra ainda passou pela epidemia de cólera de 1865/1866. As quatro epidemias que assolaram a Espanha, em 1833/34, 1853-55, 1865 e 1885, terão deixado um rasto de 800 000 vítimas mortais, E. Angolotti Cárdenas, “Datos para la historia del cólera en España”, *Rev. Sanid. Hig. Pública*, 45 (1971), p. 199-220.

<sup>11</sup> Com um total de mais de 70 mil mortos: 31 238 mortos no surto de 1855/56 (não contabilizando as 82 vítimas mortais do de 1853/1854 nos distritos de Viana, Portalegre, Faro e Beja) e mais de 40 mil na epidemia dos anos de 1830. Cf. *Relatório da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855 e 1856. Seguido de uma breve noticia da epidemia de*

por duas razões principais. Por um lado, porque se fixou a militarização do combate à doença epidémica que mais preocupou o mundo ocidental durante o século XIX<sup>12</sup>, pese embora permaneçam por avaliar os seus reais efeitos na sociedade<sup>13</sup>. Por outro, porque permitiu perceber que boa parte da legislação sanitária internacional, de caráter preventivo, transposta para Portugal<sup>14</sup>, não poderia ser aplicada devido ao atraso do país e à extensão da miséria<sup>15</sup>, conforme demonstravam as respostas dos delegados de saúde ao inquérito solicitado pelo Conselho de Saúde Pública em 25 de maio de 1855<sup>16</sup>.

Ministro das Obras Públicas durante a epidemia de 1855/56, Fontes Pereira de Melo, confrontado, nos finais de junho de 1884, já como chefe de Governo, com a informação de que a cólera matava em França (Toulon) e estava a caminho de Itália (Calábria) e de Espanha<sup>17</sup>, recuperou as leis de 10 de janeiro de 1854 e 5 de julho de 1855, que possibilitavam a aplicação de “medidas

---

*cholera-morbus nos annos de 1865 e 1866* (doravante, *Relatório de 1855-1856*), parte II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, p. 7. A propósito da qualidade dos dados, o Conselho de Saúde Pública lamentava a perda de informação “dos atacados e dos falecidos” durante a epidemia de 1833, criticando o atraso da estatística em Portugal. *Breve Relatório da cholera-morbus em Portugal nos anos de 1853 e 1854 feito pelo Conselho de Saude Publica do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, p. 4. A discussão destes números foi feita por André Filipe Samora Pita, *A cólera em Lisboa (1833 e 1855/56): emergência do poder médico e combate à epidemia no Hospital de São José e enfermarias auxiliares*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (Dissertação de Mestrado), 2018. Maiores detalhes sobre o enquadramento teórico, aqui resumido, veja-se, também, Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, LIV (2023), p. 152-158.

<sup>12</sup> Para isso muito contribuiu o aspeto dos coléricos: espetros de olhos cavados, unhas e pele negras, dentes e boca queimados, em resultado da diarreia e dos vômitos, que, depois de mortos, pareciam regressar à vida devido às contrações musculares. Veja-se, o *Relatório da epidemia de cholera-morbus em Portugal nos anos de 1855 e 1856*, parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 77. Documento citado em Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”..., cit., p. 146.

<sup>13</sup> Como já alertou Margaret Pelling para o caso inglês. Cf. “Epidemics in Nineteenth-Century British Towns: How Important was Cholera?”, *Journal of Victorian Culture*, 2 (2022), p. 346-355. Para Portugal, veja-se Laurinda Abreu, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX”, *Ler História*, 73 (2018), p. 117-118.

<sup>14</sup> Veja-se *Colecção de leis e regulamentos gerais de sanidade urbana e rural, Portugal*, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1876 e 1883.

<sup>15</sup> *Relatório de 1855-1856*, parte I, p. 7.

<sup>16</sup> *Relatório de 1855-1856*, parte II, doc. 2, n.º 1, p. 185.

<sup>17</sup> Cf. Alberto Llorente de la Fuente, “La epidemia de cólera de 1885 en Valladolid y provincia”, Tesina de licenciatura, Valladolid, 1988 (<https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-epidemia-de-colera-en-1885-en-esquivillas/html/>, consultado em 2023.12.20); Robert Blanes Andrés et al., *Repercusiones sociales de la epidemia de cólera de 1885 : (el mal del Ganges en Burjassot)*, [Valencia] Obrapropia, 2019.

extraordinárias contra a invasão do cholera morbus”, e determinou um controlo sem precedentes nas entradas em território nacional. Sob a superintendência do ministro do Reino, Augusto César Barjona de Freitas, o Governo reforçou a presença de navios e barcos de guerra na fronteira marítima e, pela primeira vez, implementou um cordão sanitário na fronteira terrestre, ao longo do qual estabeleceu quatro lazaretos e respetivos hospitais para coléricos. Os locais selecionados pelo médico A. M. da Cunha Bellém e pelo cirurgião Guilherme José Ennes<sup>18</sup>, ambos militares, nomeados inspetores dos lazaretos por diploma de 30 de setembro de 1884, foram as linhas de caminho de ferro, em Valença, Vilar Formoso, Marvão e Elvas, escolhidas como as únicas portas oficiais de acesso ao país por terra, abertas entre setembro desse ano e janeiro de 1885<sup>19</sup>. Transposta a fronteira, hospitais temporários e postos de vigilância sanitária acompanhavam os ramais das linhas férreas e outros pontos estratégicos<sup>20</sup>. Na sessão parlamentar de 21 de março, quando procurava justificar os elevados gastos com o combate à epidemia, o Governo elogiava o sucesso das suas políticas, que tinham permitido manter o país afastado do flagelo que tanto mal causara em Espanha<sup>21</sup>.

Apesar da violência das críticas externas e internas contra as quarentenas terrestres, perante rumores de cólera em Madrid, em junho de 1885, o Governo português reabriu o lazareto de Marvão, a 11 de junho, o de Elvas, a 13, o de Vilar Formoso, a 15, e o de Valença a 21. Nesta altura, já fora decidido construir um novo lazareto, no extremo sudeste do país, em Vila Real de Santo António<sup>22</sup>. É sobre ele, e as suas circunstâncias, que se debruça o presente trabalho; tem o singelo objetivo de contribuir para o conhecimento do modo como Portugal lidou com a cólera no século XIX, assunto sobre o qual já existe relevante produção

---

<sup>18</sup> Notam-se similitudes entre esta missão e a que a monarquia Habsburgo solicitou ao médico Karl Ignaz Lorinser, no inverno de 1828. Cf. Christian Promitzer, “Uses of quarantine in the nineteenth century until the Crimean War: examples from south-east Europe”, *Medicalising borders...*, cit., p. 78-99.

<sup>19</sup> Referiam os inspetores que os lazaretos eram “estabelecimentos accessorios e indispensaveis aos cordões sanitarios”, *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886 (Marvão, Elvas, Villar Formoso e Villa Real de Santo Antonio). Relatório apresentado a Sua Excelência o Ministro do Reino pelos inspectores A. M. da Cunha Bellém; e José Ennes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, segunda parte, p. 247.

<sup>20</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 19-23.

<sup>21</sup> Laurinda Abreu, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal...”, cit., p. 108-110.

<sup>22</sup> Carminda Cavaco refere a existência de um lazareto edificado na década de 1860 em Vila Real de Santo António para acolher ceifeiros portugueses que trabalhavam em Espanha, mas não encontramos a referência documental ao dito estabelecimento. Cf. Carminda Cavaco, “Migrações internacionais de trabalhadores do sotavento do Algarve”, *Finisterra*, Lisboa, VI, 11 (1971), p. 42.

científica<sup>23</sup>. O texto organiza-se em quatro pontos. Nos primeiros dois, analisar-se-ão as adversidades enfrentadas por Cunha Bellém e José Ennes no momento de estabelecer o lazareto de Vila Real de Santo António e averiguar-se-ão as condições funcionais do novo estabelecimento. Os dois últimos pontos respeitam a questões mais de índole política ou, melhor, ao processo de repatriamento de cidadãos portugueses retidos em Espanha e à gestão dos tempos da epidemia por parte de Portugal. Como fonte nuclear, utilizar-se-ão os três relatórios sobre os lazaretos terrestres, da autoria dos ditos inspetores, publicados pela Imprensa Nacional ainda em 1886, e alguma correspondência endereçada pela rede consular portuguesa no sul de Espanha ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

### 1. Construir sobre areia: os desafios de Vila Real de Santo António

A 19 de junho de 1885, poucos dias depois de encerrar em Roma a sexta conferência internacional sanitária sob o espírito da condenação dos mecanismos quarentenários tradicionais, Cunha Bellém e José Ennes viajam até ao Algarve com a incumbência de construírem um lazareto em Vila Real de Santo António. Pelo caminho, avaliam as condições do cordão sanitário, organizado pela 4.<sup>a</sup> divisão militar, composto por 3012 homens, 425 postos de vigilância e dezenas de *hospitais*, cada um para três ou quatro soldados<sup>24</sup>. Nos cerca de 487 quilómetros do cordão, entre a foz do rio Sever, no Tejo, até ao cabo de S. Vicente, registam particular apreensão pelos “largos e extensos esteiros”<sup>25</sup> do rio Odiana, facilmente transpostos por contrabandistas ou simples viajantes, a exigir vigilância permanente e trabalho concertado entre o comandante militar do cordão e a autoridade administrativa do distrito.

Chegados ao destino, defrontam-se com um cenário quase apocalíptico: a sul de Vila Real, numa “lingueta denominada *ponte da areia*”, muito próximo da boca da barra, agrupavam-se, em quarentena, barcos de diversos portes, a bordo dos quais, expostos a um sol abrasador, se amontoavam, quase sem se poderem mexer,

n’uma comunidade infecta, homens, mulheres, creanças, desprovidos de tudo, quasi todos sem dinheiro para comprar alimentos, e obrigados a

---

<sup>23</sup> Apenas alguns nomes: João Lourenço Roque; Alexandra Esteves; José Carlos Vilhena Mesquita; e, ainda, o já referido André Filipe Samora Pita.

<sup>24</sup> O número de praças de infantaria, caçadores e cavalaria diverge conforme as fontes, mas tal pode dever-se a contagens realizadas em diferentes momentos. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 268-278.

<sup>25</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 278.

demorarem-se alli, á mercê de quem lhes fôsse buscar á villa as refeições, em regra, de peixe salgado e lh’as atirasse de longe para o barco<sup>26</sup>.

Ali abundariam também os dejetos lançados à água, sem quaisquer cuidados nem atenção às marés. Os quarentenários não recebiam ajuda médica e mesmo o guarda-mor da saúde transmitia as instruções aos condutores dos barcos sem sair do seu escaler. Apenas um guarda de saúde subia a bordo levando consigo uma “botija de um desinfectante illusorio”<sup>27</sup>, que não conseguia aplicar devido à elevada concentração de passageiros e à sordidez das suas roupas e bagagens. Se a cólera deflagrasse a bordo, Cunha Bellém e José Ennes anteviam uma catástrofe.

O quadro que observariam pela primeira vez estava, no entanto, longe de ser do desconhecimento público. No ano transato, os habitantes de Vila Real teriam pressionado o governador de Faro a criar um lazareto, mas a sugestão fora rejeitada, começando o Governo por intensificar o controlo dos barcos e alargar a quarentena a bordo para sete dias, e acabando por abandonar à sua sorte os trabalhadores portugueses concentrados em Ayamonte<sup>28</sup>. O agravamento da epidemia em Espanha e o medo de que vazasse para Portugal impunham agora a criação do lazareto recusado no ano anterior.

O Governo continuava, no entanto, a desaprovar a construção de um lazareto marítimo em Vila Real de Santo António por ser dispendiosa, morosa e poder suscitar reclamações de outros portos costeiros. A alternativa proposta por Cunha Bellém e José Ennes era construir um lazareto terrestre apenas para acolher os pequenos barcos de boca aberta, exclusivamente utilizados no transporte de pessoas, incluindo os faluchos espanhóis – opção com a vantagem de manter uma ligação segura entre a cidade de Ayamonte e Portugal através do Guadiana.

A primeira dificuldade a ultrapassar foi convencer o ministro do Reino da validade da ideia, uma vez que para o governante os lazaretos terrestres deviam servir apenas as linhas de caminho de ferro internacionais. Para tal, os inspetores utilizam um amplo conceito de fronteira: Ayamonte e Vila Real de Santo António eram povoações fronteiriças, que partilhavam um rio, este

---

<sup>26</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885 (Marvão, Elvas, Villar Formoso e Villa Real de Santo Antonio). Relatório apresentado a Sua Excelência o Ministro do Reino pelos inspectores A. M. da Cunha Bellém; e José Ennes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, primeira parte, p. 122.

<sup>27</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 123.

<sup>28</sup> De acordo com documentos que existirão no Arquivo Municipal da Isla Cristina, segundo Antonio Luis López Martínez, “El cólera morbo de 1885 y sus repercusiones sobre la emigración portuguesa en Isla Cristina”, *II Jornadas de Historia de Isla Cristina*, Isla Cristina, 2010, p. 5. (<https://hdl.handle.net/11441/91736>, consultado em 2023.11.5). Utilizamos estes dados sob reserva, uma vez que apenas na primeira nota de rodapé do texto é fornecida alguma informação, truncada, dos núcleos documentais consultados.

efetivamente uma fronteira internacional; situação não muito diferente da que se verificava entre Valença e Tui, Elvas e Badajoz, Valência de Alcântara e Marvão, ligadas por via-férrea. O facto de o Guadiana ser, junto da sua foz, “grandioso e imponente”, apenas tornava a viagem mais longa, não alterando a natureza da relação entre o ponto de partida e o de chegada, “embora os hospedes lhe viessem pela via humida”<sup>29</sup>.

Estribados na convicção das suas opiniões, lançaram-se à procura de um local onde pudessem edificar o lazareto. Apesar de já trazerem um histórico de dificuldades enfrentadas em Valença, Vilar Formoso e Marvão (em Elvas, o lazareto foi estabelecido no forte de Santa Luzia), Vila Real, “região mais avessa e mal fadada para uma construção d’esta natureza”<sup>30</sup>, excedia-as largamente. Cunha Bellém começou por defender a construção a norte da vila, por ali o rio ser mais estreito e ficar mais próximo de Ayamonte e, também, para evitar conflitos de jurisdição com as autoridades que controlavam o mar. Rapidamente mudou de ideias ao ver o “extenso e ingrato sapal, alagadiço por vezes na estação hiemal, insalubre e sujeito a febres palustres no estio e outono”<sup>31</sup>. Secundado pela população e autoridades da vila, afirmava, aceitou levantar o lazareto a sul, no areal, não muito distante do local onde quarentenavam os barcos. Para mestre de obras escolheram António Jorge Freire Júnior<sup>32</sup>, pertencente aos quadros do Ministério das Obras Públicas.

Os potenciais problemas adivinhavam-se facilmente:

construir sobre a areia (...) exprime a falta de fundamento ou a instabilidade das coisas, tanto na ordem moral, como na physica; e nós íamos construir sobre areia, movediça, caprichosa, correndo em tenues camadas rasteiras ao sabor dos ventos, mas deslocando-se, deslocando-se em massas enormes, especialmente para o lado da costa<sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 123.

<sup>30</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 125.

<sup>31</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 125.

<sup>32</sup> Para diretor do lazareto foi nomeado o médico Abel da Silva e, como administrador, Cândido Brazão Cassanaia, ambos do Ministério da Guerra. O primeiro recebeu a mercê honorífica de cavaleiro de S. Tiago, *Commercio de Portugal*, terça-feira, 15 de junho, Ano 1886/Edição 02079. Cunha Bellém e José Ennes indicam, contudo, que por decreto de 18 de fevereiro lhe foi atribuído o grau de cavaleiro da ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, enquanto aos diretores dos lazaretos de Valença e do de Elvas, o grau de cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, os três, mais “distinctos, entre todos, em quantidade e qualidade de serviço”. Outras distinções foram posteriormente atribuídas a mais funcionários. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 158-159.

<sup>33</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 126.

Acresciam, ainda, as previsíveis dificuldades do abastecimento alimentar, fornecimento de água potável, criação de um sistema de esgotos e enterro dos mortos. Outra tormenta eram os acessos: a “saída da villa para o areal é dificultosa, immunda, nauseante”<sup>34</sup>, quer em termos do fumo, quer do cheiro, provocados pelas fábricas de azeite de peixe e de conserva e preparação de atum e de sardinha, a que se juntavam resíduos fermentáveis e despojos de toda a espécie. Areal limpo, apenas mais a sul, onde as companhas dos barcos faziam o sirgueiro, usado também para chegar ao posto de saúde ou à estação semafórica. Foi a 150 metros do posto, e a 350 metros da vila, que os inspetores encontraram um pequeno armazém de alvenaria que guardava armações de pesca, denominado Barraca dos Galeões. Pareceu-lhes ser o melhor local para suporte ao lazareto e alojamento do diretor e demais pessoal. Ultrapassadas as resistências do proprietário a ceder o espaço, acordaram no pagamento de um aluguer pela sua utilização<sup>35</sup>.

Decidido o local do lazareto e com a estrutura de apoio a necessitar de obras, logo verificaram não haver operários disponíveis por ser tempo de festas. Além disso, os carpinteiros mais especializados estavam todos ocupados e nem privados nem as autoridades os dispensavam. Apenas os carpinteiros de Faro se mostraram desimpedidos, contudo as exigências apresentadas foram consideradas absurdas. Só perante a decisão de recorrer aos carpinteiros do regimento de engenharia é que alguns locais e outros de Tavira decidiram apresentar-se ao trabalho<sup>36</sup>.

Abandonada a ideia de adquirir os materiais necessários à obra em Lisboa pela demora do transporte até Vila Real de Santo António (cerca de um mês), decidiu-se contar apenas com os recursos da terra, o que levantou novos problemas. Por exemplo, o facto de ali só existirem paus de prumo pequenos obrigou a aumentar a área do edifício para ampliar a cubagem de ar e a sua renovação. Refeitos os cálculos, ergueu-se uma linha de sete barracões, com 42 m de comprimento por 20,8 m de largo, teto comum, divididos em três corpos, com sete portas e 14 janelas, cada uma correspondente a uma divisão, com superfície de 124,8 m<sup>2</sup> e uma cubagem de 337 m<sup>3</sup>, o que perfazia uma altura média de 2,7 m<sup>37</sup>. Dois corpos foram destinados a homens, o terceiro, a mulheres,

---

<sup>34</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 126.

<sup>35</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 71, 77-79, 302.

<sup>36</sup> O dia de trabalho começava às quatro horas e meia da manhã e terminava à meia-noite, com descanso de uma hora para almoço, duas para jantar e uma para a ceia.

<sup>37</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 173-175.

cada um com espaço para 30 a 40 camas, oferecendo alojamento para 210 a 280 quarentenários, conforme as necessidades<sup>38</sup>. Passou-se, de seguida, à construção da barraca de desinfecção, posto neutro, lavandaria, parlatório e, a alguma distância, da barraca que funcionaria como hospital<sup>39</sup>.

Maiores desafios surgiram com o poço, canalização de esgoto e inumação dos mortos. Sabia-se que havia água potável a pouca profundidade, mas temia-se a sua contaminação pelos dejetos dos quarentenários e/ou pelo sulfato de cobre usado para os desinfetar antes de os lançar na corrente. Para impedir que refluissem na praia, decidiu-se que a canalização devia ir “até além da linha mais baixa das águas”<sup>40</sup> e que os despejos só se fizessem na baixa-mar. Já quanto aos cadáveres, optou-se pela sepultura à beira do oceano, depois de rejeitado o cemitério da vila, por estar em mau estado, e a cremação por implicar mais tempo de contacto com os vivos, deixar “a medicina legal desarmada de um dos seus mais valiosos recursos”<sup>41</sup> e, sobretudo, por criar problemas sociais e religiosos. Enquanto decorriam estes trabalhos, Cunha Bellém e José Ennes preparavam o regulamento do lazareto, tarefa concluída a 25 de junho.

## 2. Regulando um lazareto para pobres

Não obstante a percepção, e a crítica social, tendessem a olhar os lazaretos como algo uniformizado sob as mesmas (más) condições<sup>42</sup>, Cunha Bellém e José Ennes, seguindo os modelos europeus, haviam-nos organizado de acordo com o tipo de utentes que previsivelmente receberiam, adaptando a matriz regimental às circunstâncias locais. De acordo com os inspetores, acolhendo passageiros de Paris e Madrid, com destino a Lisboa, o lazareto de Marvão era o “dos aristocratas sociaes”, aqueles que tinham maiores capacidades reivindicativas e fácil acesso à imprensa. Foi o que mais embaraços lhes provocou. O lazareto de Valença acolhia “remediados”<sup>43</sup>, gente com alguma capacidade económica,

---

<sup>38</sup> O pavimento localizava-se a uma altura média de 0,7 m sobre o solo de areia, que consideravam constituir a caixa de ar. A partir da distância do Guadiana (24 metros), distância entre o solo e areia humedecida (menos de 2 metros abaixo da superfície) e velocidade atmosférica no interior das barracas, estimam que cada quarentenário teria, no máximo da sua lotação, 139 m<sup>2</sup> de ar. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 174.

<sup>39</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 79-81.

<sup>40</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 131.

<sup>41</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 131.

<sup>42</sup> Como Rafael Bordalo Pinheiro fez questão de ilustrar na sequência da sua passagem pelo lazareto de Lisboa em 1879.

<sup>43</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 212.

mas sem exigências de maior, que aceitaria as condições oferecidas à segunda ou terceira classes, suposições que não se revelaram totalmente corretas<sup>44</sup>. De resto, o peso da imprensa no modo como foram geridos os lazaretos ainda está por avaliar, mas poderá explicar as reformas implementadas em Marvão e Valença, em 1885.

Pelo lazareto de Elvas passava um “mixto de remediados e pobres”<sup>45</sup>, com predominância dos ceifeiros, também o grupo mais presente no lazareto de Vilar Formoso. De nenhum dos dois lazaretos se esperavam reclamações que tivessem impacto nacional. Idêntico pressuposto norteou a redação do regulamento do lazareto de Vila Real de Santo António, que nascia para “trabalhadores da provincia, idos para Espanha”, gente pobre e suja, frequentemente classificada como “indigente”<sup>46</sup>. Esta informação seguiu para o vice-cônsul em Ayamonte, com a indicação de que a deveria transmitir aos potenciais passageiros, para que estes pudessem escolher Marvão ou Elvas, caso quisessem comodidades que Vila Real não oferecia<sup>47</sup>. A novidade nas instruções relativas ao novo lazareto era a possibilidade de a quarentena ser iniciada a bordo, lotado o lazareto. Independentemente do tempo de permanência nos barcos, só se descontaria um dia aos sete dias de confinamento em terra.

Recupere-se o essencial dos 69 artigos que compunham o regulamento do lazareto de Vila Real<sup>48</sup>: ancorado o barco, os passageiros deviam ser acompanhados por quatro soldados e um cabo até à barraca da desinfecção; ali chegados, deviam ser informados de que, uma vez iniciados os procedimentos quarentenários, não os poderiam interromper, pelo que aquele era o momento para decidirem se queriam regressar a Espanha.

Entrados no posto de desinfecção, eram desinfetados e as bagagens fumigadas. Como de costume, não havia lugar a responsabilizações pelos estragos que ocorressem. Seguiam depois para a avaliação do diretor do lazareto, que se inteirava do seu estado de saúde, remetendo os doentes coléricos para o hospital.

---

<sup>44</sup> Como teriam oportunidade de verificar, alguns quarentenários conseguiram que as suas reclamações chegassem aos jornais. Laurinda Abreu, “A luta contra as invasões epidémicas em Portugal...”, cit., p. 166-167.

<sup>45</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 212.

<sup>46</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 207.

<sup>47</sup> Desconhece-se se assim terá acontecido com os 9 quarentenários de primeira classe lá recebidos. Ver adiante, tabela 1.

<sup>48</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886 (Marvão, Elvas, Villar Formoso e Villa Real de Santo Antonio). Relatório apresentado a Sua Excelência o Ministro do Reino pelos inspectores A. M. da Cunha Bellém; e José Ennes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, appendice, p.125-133. Datadas do mesmo dia, as instruções para o posto de desinfecção (p. 134-136) e a tabela das refeições (p. 136-137).

Os restantes passageiros eram encaminhados para o lazareto, onde se procedia ao seu registo e pagamento da estadia, se fosse esse o caso. Separavam-se, então, os quarentenários por classe e sexo, mesmo tratando-se de famílias; os rapazes até aos 12 anos poderiam ficar com familiares do sexo feminino, se assim o desejassem. Seguia-se a limpeza dos corpos, obrigatória para todos, exceto se considerada prejudicial aos doentes. Roupas de corpo imundas deviam ser descontaminadas numa solução de “bichloreto de mercurio” e só depois lavadas. Se os internados não possuíssem vestuário de substituição, teriam de aguardar na cama pela devolução das suas roupas. A cada um deles era entregue um recipiente próprio “para lançar os excreta”<sup>49</sup>.

A diferenciação de classe fazia-se ao nível das comodidades e alimentação, não da separação física, uma vez que não havia condições para tal. A primeira classe teria direito a cama, colchão, loiça e lençóis finos; à segunda classe seria dada preferência pelas camas com colchão que houvesse disponíveis, dormindo os restantes quarentenários em esteiras. As refeições seriam fornecidas às 9:00 horas e às 16:00 horas por uma estalagem da vila. A ementa da primeira classe incluía, ao almoço, chá, café ou chocolate, ovos, bifes, peixe, manteiga, açúcar e vinho; ao jantar, sopa, cozido, arroz, hortaliça, três pratos principais, três sobremesas e café. Em ambas as refeições seriam servidos 250g de pão fino e 5dl de vinho. Já os pobres, alimentados gratuitamente, teriam à sua disposição a tradicional açorda, legumes ou peixe e 700 g de pão ordinário, ao almoço; legumes, batata e massas, ao jantar. Dentre os repastos dos cinco lazaretos, as diferenças mais substantivas ocorrem entre as primeiras classes de Vila Real e as de Marvão.

Como nos demais lazaretos terrestres, estão presentes preocupações com a limpeza e receios de contágio, ainda que muito mais moderadas do que em qualquer outro lazareto. Veja-se a questão da incomunicabilidade, central nos restantes regulamentos, que não tem em Vila Real um realce notável, quanto mais não fosse porque seria difícil de operacionalizar devido à exiguidade do espaço. Menores diferenças no tratamento previsto para os dejetos e vômitos (desinfetados antes de despejados num reservatório portátil e depois queimados antes de enterrados), cadáveres (envolvidos em panos embebidos em cloreto de zinco e usando-se o triplo de cal regulamentada) e funerais (sem cerimónia religiosa, a menos que algum sacerdote se voluntariasse<sup>50</sup>).

Igualmente mais restrito era aqui o grupo de trabalhadores, prevendo-se que houvesse serventes, um guarda de saúde, um guarda de fiscalização

---

<sup>49</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 130.

<sup>50</sup> Deveria, de seguida, permanecer em isolamento no hospital, recebendo alimentação de primeira classe, por conta do lazareto.

e um amanuense. Se o hospital abrisse, recrutar-se-iam enfermeiros e um encarregado da cozinha. Tal como as funções administrativas, também estas eram asseguradas por militares, neste caso soldados reformados e recrutas. Ofício do dia 1 de julho reafirmava a jurisdição do guarda-mor da saúde nas questões da “policia sanitária da via húmida, quer a procedência seja marítima, quer fluvial”, segundo os termos do aviso publicado no Diário do Governo de 11 de setembro de 1884. Competia-lhe decidir quem deveria quarentenar no lazareto ou fazer quarentena marítima, à exceção dos violadores do cordão sanitário, que deviam ser diretamente conduzidos ao lazareto; transposta a porta, a autoridade era exclusiva do seu diretor. Era ainda ele que decidiria o número de militares alocados à segurança e vigilância do recinto.

Com as obras bem encaminhadas e o regulamento estabelecido, Cunha Bellém e José Ennes regressam a Lisboa no dia 27 de junho de 1885. À passagem por Faro, o governador civil tê-los-á advertido da necessidade de limitar a emissão de passaportes a portugueses para trabalharem em Espanha.

### **3. “Extinguir o incêndio onde ele deflagrara”, ou como deixar a cólera em Espanha**

Pensando apenas no movimento de saída e não na hipótese de um regresso em massa, Cunha Bellém e José Ennes terão desvalorizado os conselhos do governador civil de Faro<sup>51</sup>. As notícias enviadas pela rede consular de Portugal sobre o estado sanitário das províncias onde se concentravam mais portugueses também eram relativamente tranquilizadoras, mas, como bem sabiam as autoridades, poderiam alterar-se de um momento para o outro, como viria a acontecer em Cádiz<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Eventualmente, porque isso também poderia ter reflexos no movimento contrário – emigração da Andaluzia para o Algarve, sobretudo da província de Huelva, e em maior número na segunda metade do século XIX. O papel que tiveram no desenvolvimento económico da região é demonstrado por João Romero Chagas Aleixo, *A Migração de Andaluzes para o Algarve (1850-1914): os casos de Loulé e Vila Real de Santo António*, Tese de Doutoramento em História, apresentada à FCSH da UNL, 2021.

<sup>52</sup> A 15 de junho, o cônsul registava um “estado sanitário muito satisfatório”, na cidade e na província, mas logo a 19 reportava que a vila próxima, de Puerto Real, tinha sido declarada “oficialmente invadida pelo cholera morbus asiatico”, registando já nove mortes. Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (doravante, AMNE), *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documentos n.º 1-A (não paginado); n.º 2-A (não paginado); n.º 4-A, fol. 319; n.º 5-A, fols. 326-326v; n.º 3-A, fols. 339-339v; n.º 6-A (não paginado); 8-A, fols. 345-345v.

O cenário antecipado pelo governador civil concretizar-se-ia logo em julho, com os ceifeiros “acumulados” em Badajoz<sup>53</sup>, e a partir de setembro, com os pescadores deslocados na província de Huelva<sup>54</sup>. Os mais de 2000 portugueses que trabalhavam nos barcos, na carga e descarga, principalmente de carvão, que viviam na Línea de la Concepción, em frente de Gibraltar, já em agosto “vítimas da fome e da morte pela epidemia”<sup>55</sup>, ali permaneceram encurralados – nem Sevilha nem Huelva os deixavam transitar –, em estado de quase abandono, apesar da insistência do governo espanhol para que Portugal cuidasse deles<sup>56</sup>.

Pouco se sabe sobre o acolhimento dos ceifeiros, exceto que a maioria terá entrado por Elvas, dada a proximidade geográfica com Badajoz, e que terá quarentenado durante sete dias em barracas militares levantadas no interior da muralha, convertidas numa espécie de lazareto de emergência paralelo ao lazareto principal<sup>57</sup>. Organizado apressadamente e sem informações precisas, começou-se por se pensar na constituição de grupos, fazendo-os entrar entre 10 e 30 de agosto. Cedo se verificou que o número inicial aventado de 6000 ceifeiros<sup>58</sup> era inferior ao previsto, pelo que foram albergados de uma só vez<sup>59</sup>. Os inspetores fizeram questão de asseverar que os ceifeiros foram sujeitos às mesmas “prescrições” em vigor para os que quarentenavam no interior do forte<sup>60</sup>, que teriam melhores

<sup>53</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 58.

<sup>54</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59. Sobre o assunto haveriam de escrever os inspetores, a fechar o relatório, que se destinava apenas “a attender ás mais instantes necessidades de receber os filhos da provincia do Algarve que vão a Espanha buscar trabalho, como ceifeiros, como pescadores ou como mineiros e que depois, na hora do perigo, intentam repatriar-se”. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 225.

<sup>55</sup> AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento n.º 7 A, fols. 328-330.

<sup>56</sup> Em desespero de causa, o cônsul-geral, após três cartas e um telegrama enviados ao ministro do Reino sem obter qualquer resposta, recorreu ao ministro dos Negócios Estrangeiros explicando-lhe que autorizara a entrega de pequenos socorros àqueles trabalhadores, devido à miséria em que se encontravam e aos iminentes conflitos com as populações locais. AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documentos n.º 7-A, fols. 328-330; n.º 9-A (não paginado).

<sup>57</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice: Instruções para a repatriação dos ceifeiros (extrato do officio de 7 de julho de 1885 para o diretor do lazareto de Elvas), p. 25-26.

<sup>58</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 86, 216 e 220.

<sup>59</sup> Veja-se, adiante, tabela 1.

<sup>60</sup> Melhor sorte não tiveram os ceifeiros que entraram por Vilar Formoso, obrigados a quarentenar num descampado. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 206.

condições que as do ano anterior, quando os ceifeiros tinham sido “arrabanhados” na tapada do Penedo, também em Elvas<sup>61</sup>.

A invocação da temperatura amena que se fazia sentir em agosto<sup>62</sup>, indicia a consciência de que o tratamento recebido pelos ceifeiros em Elvas era ainda mais precário que o dos restantes quarentenários. Idêntica situação também se verificou com o grupo que foi encaminhado para Vila Real de Santo António. Alegava-se, aqui, que, por exceder a capacidade do lazareto, tinha sido alojado no areal, em coberturas de esteiras, tendo mesmo alguns pescadores iniciado a quarentena nos barcos. Calcula-se que tenha sido submetido às tradicionais fumigações, mas não à desinfeção completa, nem sequer de todas as roupas, pois, por serem muitos, decidiu-se apenas “lavar e desinfestar as mais immundas”<sup>63</sup>.

Ao contrário do que aconteceu com os ceifeiros, o processo de repatriamento dos pescadores está mais bem documentado, sobretudo ao nível dos preparativos. As primeiras notícias oficiais sobre a presença da cólera na província de Huelva datam do dia 2 de setembro<sup>64</sup>. Segundo o cônsul português em Cádiz, em carta do dia 21 de agosto, a doença já circularia por lá há, pelo menos, 15 dias, mas o governador proibira a disseminação da informação por telegrama<sup>65</sup>.

Em outubro, começou a circular o rumor de que a epidemia alastrava entre os pescadores portugueses da Isla Cristina<sup>66</sup>. Atormentados com o socorro à sua própria população, as autoridades locais procuravam desembaraçar-se dos estrangeiros. Destas preocupações dava eco o periódico publicado em Huelva, *La Provincia*, informando, no dia 6 de novembro, ter havido sete mortes no grupo; ocorrência que poderá estar relacionada com a participação do correspondente do *Commercio Português* em Madrid, enviada dois dias depois, relatando que pescadores portugueses tinham jantado “a bordo de um catraio um boi morto de doença”<sup>67</sup>, o que provocara a morte de alguns deles e a enfermidade de vários outros. *La Provincia* instava Portugal a recolhê-los sem demora no lazareto de Vila Real, sob pena não só de perecerem, como de porem em risco a vida das populações vizinhas<sup>68</sup>.

---

<sup>61</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 85.

<sup>62</sup> Em 20 de agosto de 1885, em 32 províncias espanholas, a cólera estaria a matar entre 1800 a 2000 pessoas por dia, segundo o jornal *El Diario de Badajoz*, citado por Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885 en Huelva*, Trabajo fin de grado en Historia, Universidad de Huelva, s/d, p. 7.

<sup>63</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 132-133.

<sup>64</sup> Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 7.

<sup>65</sup> AMNE, caixa 591, 1844-1926, documento n.º 6 A.

<sup>66</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 57.

<sup>67</sup> *Commercio Português*, terça-feira, 10 de novembro de 1885, Ano 1885/Edição 01903 (1).

<sup>68</sup> *La Provincia*, lido em Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 8.

A documentação consular demonstra que a miséria dos trabalhadores portugueses no sul de Espanha, particularmente dos pescadores em Ayamonte, era bem conhecida das autoridades portuguesas<sup>69</sup>, que estavam igualmente cientes do perigo que constituía para toda a comunidade e, ainda, dos limitados recursos assistenciais disponíveis em Huelva. As negociações então entabuladas pelo Governo português com o seu homólogo espanhol para a resolução do problema dos pescadores foram caracterizadas por Cunha Bellém e José Ennes como “uma das paginas mais interessantes da historia das medidas sanitarias”<sup>70</sup>, um “procedimento cavalheiresco” que devia fazer jurisprudência e ser integrado no direito internacional sanitário, omissos quanto às exigências aceitáveis por parte de um país infetado por uma epidemia sobre a repatriação de estrangeiros para “outro paiz indemne”<sup>71</sup>, que ali tivessem contraído a doença.

Todavia, as missivas do cônsul e dos vice-cônsules revelam um quadro bem mais complexo do que o descrito pelos inspetores. Ajudam, do mesmo modo, a perceber o oportunismo com que Portugal geriu a questão dos pescadores: ainda que os inspetores os reconhecessem como “filhos do Algarve”, “ávidos de regressarem á pátria, saudosos do lar, receiosos do contagio, da miséria, da falta de conforto no paiz estranho, de onde viam a olho nu as suas terras, as suas choupanas, as suas familias”<sup>72</sup>, tinham “consigo e entre si o cholera”. Era necessário, afirmavam Cunha Bellém e José Ennes, “fatalmente necessario que o incendio se extinguisse onde nascera”<sup>73</sup>. Por isso, obstaram ao repatriamento enquanto durou a epidemia.

Dois documentos produzidos por quem acompanhou de perto a situação permitem reconstituí-la com algum pormenor: uma carta enviada no dia 5 de novembro pelo médico Rafael López Hernández, responsável pelo Hospital Provincial de Huelva, a José García Cabañas<sup>74</sup> – carta que o jornal *La Provincia* transliterara para escrever a notícia atrás referida – e o *Informe dirigido al gobernador de la provincia de Huelva por los doctores V. Vera López y Saenz Mazón el 16-12-1885*, numa cópia enviada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português com o título *Relatorio enviado ao governo de S. M. Catolica pela comissão facultativa de medicos nomeada pelo mesmo governo [para] combater o cólera em Ilha Christina*, em 16-12-1885<sup>75</sup>. O primeiro,

---

<sup>69</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 10-11.

<sup>70</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 178.

<sup>71</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 180.

<sup>72</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 7.

<sup>73</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 7-8.

<sup>74</sup> Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 11.

<sup>75</sup> AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fols. 346-353. Tivemos conhecimento deste documento no mencionado texto de Antonio Luis López

um relato do chefe da delegação, organizada pelo Ajuntamento, composta por três médicos, o governador da província e o cônsul português em Ayamonte, que visitou a Isla Cristina, a fim de se inteirar da dimensão do problema. O segundo constitui uma minuciosa descrição de como foi abordado e resolvido.

Nas palavras de Rafael López Hernández, que chefiava a delegação, o cenário “no ha podido ser más triste”: na praia de Ayamonte e estuário das Mojanas, a uma milha da Isla Cristina, encontravam-se entre 2000 a 2500 pescadores, dos quais cerca de 500 espanhóis, com as suas famílias, a maioria presa nos galeões<sup>76</sup>. Uma “multitud de mujeres y niños implorando socorros y alimentos, completamente abandonados y sin auxilios de ninguna classe”, alguns deles coléricos. Nem Portugal lhes abria as fronteiras, nem Huelva os deixava sair do local, temendo a cólera e o seu estado higiénico. Numa das cabanas, depararam-se com três mortos e dois doentes deitados no chão, um deles agonizante, em situação de abandono. Apenas o arcepreste e o médico de Ayamonte prestavam auxílio aos coléricos, “verdaderos héroes [...]. Ellos mismos han tenido necesidad de dar sepultura a los fallecidos y auxiliarlos personalmente en su enfermedad”<sup>77</sup>. López Hernández prometia ao seu interlocutor que ainda nessa noite, regressados a Ayamonte, providenciariam “aquellos desgraciados” o envio de criados, macas, medicamentos, cal, etc., enquanto o governador tentaria dissipar o terror que o grupo causava nas populações vizinhas e apelar à caridade com os seus semelhantes, até para sua própria proteção. Concluía, instando o governo português a agir e a auxiliar os seus compatriotas encurralados nos galeões e na praia, admitindo-os nos lazaretos nacionais, de modo a impedir que pagassem “con sus vidas la miseria, el desaseo y el abandono en que han estado, a más de su imprudencia”<sup>78</sup>.

De acordo com o *Informe*, a cólera começara por atacar os pescadores em Cabezas, na Isla Canela, espalhando-se depois por Punta del Caimán, praia de Berdigón e Isla Cristina, “ocasionando bastantes victimas”<sup>79</sup>. Sem que consigamos confirmar a veracidade da afirmação, *La Provincia* clamava que

---

Martínez, que o refere nas páginas 10-13. A partir do título e da informação que estaria no dito arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi-nos possível localizá-lo e completar os dados bibliográficos. Por considerarmos mais correto o título apresentado por López Martínez, é esse que seguiremos na identificação do documento.

<sup>76</sup> Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 33-34. *La Provincia* aumentava o número para 3000 pessoas, 2500 portuguesas, incluindo aqui, cremos, os pescadores que se encontravam na praia da dita ilha. *Idem*, p. 8.

<sup>77</sup> Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 34.

<sup>78</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>79</sup> AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fol. 346v.

os jornais portugueses difundiam a ideia de que os pescadores se recusavam a regressar a território nacional, uma notícia falsa, denunciava – Portugal é que preferia ignorar as suas súplicas de repatriamento, deixando-os na miséria, não fosse a humanidade dos espanhóis, que não distinguia nacionais de estrangeiros<sup>80</sup>.

Na sequência da primeira visita, superando a resistência das autoridades locais<sup>81</sup>, Portugal, através do cônsul-geral na Andaluzia, João Damasceno de Moraes, acordou com o governo espanhol a permanência dos pescadores, pagando as suas despesas, até conseguir organizar o seu repatriamento. Sigamos o relatório de Vicente Vera López e Felipe Sáenz Mazón, os médicos que, conjuntamente com mais dois ajudantes, nomeados pela Dirección de Beneficencia y Sanidad del Gobierno Civil, se deslocaram aos lugares infetados para comandar os trabalhos de desinfecção, higiene e saneamento e organizar o serviço médico. Nas diferentes tarefas, que incluíram a criação de “hospitalitos”, equipados pelo governo português e pelo governo civil de Huelva, e a preparação de cemitérios nas proximidades dos hospitais, foram acompanhados por médicos locais, cinco irmãs da caridade<sup>82</sup>, dois sacerdotes e pelo secretário do Ayuntamiento, o único representante das autoridades da Isla Cristina que tinha permanecido no seu posto, já que os restantes, à semelhança da população, haviam fugido do potencial perigo que representavam os pescadores portugueses.

Além dos pescadores que se encontravam em terra, um outro grupo, contratado para a pesca da sardinha entre agosto e dezembro, permanecia nos barcos, tentando regressar a Portugal e recusando-se a desembarcar na ilha, temendo a cólera que continuava a fazer vítimas. Vedado o acesso aos portos portugueses, os pescadores decidiram vaguear pelos estuários e canais existentes entre Isla Cristina e Ayamonte, numa extensão de 15 a 20 quilómetros. Trabalhando em conjunto, o cônsul-geral e os vice-cônsules de Portugal em Huelva, Ayamonte e Isla Cristina procuravam fazer-lhes chegar alimentos, tarefa ingrata – afirmam os relatores –, dada a sua condição de embarcados, e em movimento, debaixo de um enorme temporal. Esta condição impedia, igualmente, qualquer tipo de acompanhamento médico, não permitindo, também, verificar se ocultavam casos de cólera a bordo.

Por deliberação das autoridades dos dois países, foi decidido obrigá-los a desembarcar e a estacionarem num local limpo, salubre e com vigilância médica,

---

<sup>80</sup> Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 9-10.

<sup>81</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 57-65.

<sup>82</sup> À semelhança do mestre de obras António Jorge Freire Júnior, também as irmãs da caridade que prestaram auxílio aos portugueses atacados pela cólera foram condecoradas pelo Governo. *Commercio de Portugal*, sábado, 19 de junho, Ano 1886/Edição 02083.

onde ficariam até que os governos português e espanhol autorizassem o seu regresso. Apesar das difíceis condições atmosféricas, deu-se início à construção de um acampamento, de barracas de madeira, que efetivamente funcionava como um lazareto. O local escolhido foi uma ilha na parte meridional da Isla Canela, o que garantia a proteção das águas do Guadiana e das populações de ambas as margens.

Enquanto decorriam estas operações, os pescadores foram-se deslocando até à bacia de Ayamonte, acabando “casi todos fondeados junto á la misma boca del Guadiana á la vista al mismo tiempo de Villa Real (Portugal) y de Ayamonte (España)”<sup>83</sup>, chegando alguns mesmo a desembarcar. Acerca deles, Cunha Bellém e José Ennes haveriam de contar sobre os braços estendidos ao seu país, do outro lado do Guadiana, implorando que os deixassem entrar, “e o coração a dizer-nos que os recebêssemos, e o frio raciocínio a impôr silencio aos impulsos do coração, que não minorariam a desgraça d’elles e nos trariam o funesto presente de uma grande calamidade”<sup>84</sup>. Venceram as autoridades, não os deixando avançar por terra, convencendo-os a viajar até ao acampamento preparado para os acolher. Posteriormente, juntar-se-iam mais 200 portugueses que viviam na praia deserta de Berdigón, também em completa penúria.

Apesar de não haver notícias de cólera no acampamento e de ter todos os lazaretos em prontidão, Portugal continua a escudar-se no Aviso de 26 de julho de 1884, que proibia os barcos procedentes de portos sujos de acederem aos portos nacionais e só encontrava inconvenientes nos diferentes alvitres apresentados para repatriar os seus cidadãos. O do general que comandava a 4.<sup>a</sup> divisão, responsável pelo cordão sanitário do sul, previa o alojamento de grupos de 200 a 300 pessoas no forte de Sagres, sugestão considerada inapropriada devido à falta de espaço e de recursos hospitalares. A proposta de instalação de um acampamento de tendas de lona na ilha de Tavira foi recusada devido às baixas temperaturas que se faziam sentir. A construção de barracas de madeira estava fora de questão por ser morosa. A distribuição dos pescadores por vários lazaretos, após viagem de comboio custeada pelo estado, constituiria “um perigo imminente de sementeira de cholera”<sup>85</sup>. O exemplo dos ceifeiros em julho anterior não colhia agora por ser inverno e a epidemia estar mais violenta. A quarentena no mar alto, num barco português, seria “mais bárbar[a] e menos pratic[a]”<sup>86</sup>, porque morreriam muitos a bordo se sobreviesse a cólera, além

---

<sup>83</sup> AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fol. 350.

<sup>84</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 8.

<sup>85</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 179.

<sup>86</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 180.

de inutilizar o navio. Aportar o barco numa povoação costeira seria um grave risco para a saúde pública, podendo haver necessidade de evacuar a terra e indemnizar os seus moradores<sup>87</sup>.

E nestas discussões se passaram os meses de novembro e dezembro, o período mais crítico da cólera na Isla Cristina e Ayamonte. Por várias vezes, o governador da província e a Junta Provincial de Sanidad tencionaram enviar os portugueses para os lazaretos de Mahón ou Vigo e, depois da quarentena, recambiá-los para Portugal. Percebe-se que também foi esse o objetivo dos autores do *Informe*, recorde-se, datado de 16 de dezembro. Apesar de, por mais de uma vez, louvarem o empenho do governo português na coadjuvação das autoridades espanholas para a resolução do problema dos pescadores, reiteravam a ausência de casos de cólera no acampamento e o facto de não haver nenhum inconveniente em serem admitidos na sua pátria<sup>88</sup>. Só a partir de então, Portugal pôs em marcha os procedimentos para o repatriamento.

Por sugestão do cônsul, aceite pelos pescadores, optou-se por sortear a ordem de saída, o que trazia a vantagem de dar um horizonte de esperança a quem calhavam números mais elevados. Foi também ele, pelas mesmas razões de gestão de expectativas, que decidiu a partida diária de 40 pessoas em vez de levadas semanais de 280, solução que também facilitava as escalas do isolamento nos lazaretos. Em simultâneo, discutia-se com os diretores dos lazaretos de Elvas e de Marvão a possibilidade de receberem pescadores sem perturbar o seu normal funcionamento<sup>89</sup>.

Observando a orientação da Junta de Saúde de que seria melhor queimar o vestuário que estivessem a usar, compraram-se, em Lisboa, alguns fatos novos, ideia logo abandonada por ser demasiado dispendiosa. Optou-se, então, por apenas substituir a roupa que, “pela sordice ou nullo valor”, não pudesse ser desinfetada. Seguindo os preceitos em voga<sup>90</sup>, adquiriram-se os químicos e vasilhas apropriadas e, em Marvão, construiu-se uma fornalha a partir de um tanque de ferro requisitado ao Ministério da Marinha. Como as roupas

---

<sup>87</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p.180; *de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59-60.

<sup>88</sup> AMNE, *Consulado de Portugal em Cadiz*, caixa 591, 1844-1926, documento s/n, fol. 351.

<sup>89</sup> O diretor do lazareto de Marvão mostrava disponibilidade para acolhimento diário de 50 pescadores (ou 350 por semana), número que seria superior a partir do momento em que a quarentena passasse de sete para cinco dias, *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 61.

<sup>90</sup> Indicando-se que deviam ser fervidas durante duas horas, “em solução de sublimado corrosivo, na proporção de 1 para 1:000, expondo-as depois ou á atmospherã sulfurosa ou a grande e demorado arejamento”, *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 62.

compradas para Vila Real acabaram por ficar em Lisboa devido aos dois dias de atraso do vapor, procedeu-se a nova aquisição local<sup>91</sup>. Simultaneamente, abasteciam-se as despensas para tão grande número de hóspedes. Por fim, alcançava-se um acordo com a companhia espanhola dos caminhos de ferro para a redução do preço dos bilhetes em 50%. Nestes preparativos se passou o mês de janeiro de 1886; a 1 de fevereiro, o cônsul português recebeu ordem para fazer partir para Marvão os primeiros 350 pescadores<sup>92</sup>. Três dias antes, Huelva fora considerada livre da epidemia<sup>93</sup>.

#### 4. O mistério da Isla Cristina

Para estupefação dos envolvidos, o cônsul português informava que não estariam mais de 600 pessoas no acampamento da Isla Cristina, a maioria mulheres e crianças. Menor estranheza deveria causar a “obstinada” recusa de viajarem para Marvão, porque o assunto já tinha sido reportado antes. Cunha Bellém e José Ennes lamentavam-se de só então ser especificado o sexo e a idade dos pescadores, tornando inúteis as calças, as jalecas, os barretes e os sapatos e desnecessária tão grande quantidade de alimentos, muitos deles perecíveis<sup>94</sup>.

Procuradas justificações para o *desaparecimento* dos pescadores, o cônsul apresentou três explicações que, no mínimo, denotam a pouca presença dos representantes de Portugal no teatro das operações: no início da pandemia, um grupo de mineiros ter-se-á desentendido com a direção das minas em que trabalhava e juntou-se aos pescadores para beneficiar do processo de repatriamento; sanado o conflito, terão regressado ao trabalho. Por outro lado, alguns pescadores com números altos no sorteio da repatriação teriam decidido regressar ao mar. Outros “internaram-se por aquelle paiz á procura de trabalho de diversa natureza”<sup>95</sup>. Em momento algum se mencionava o impacto que os vários meses de confinamento e a declaração da extinção da epidemia terão

---

<sup>91</sup> “Para cobrir a nudez dos seus hospedes e preserval-os do frio, que ainda era intenso n’aquella ocasião”. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 62.

<sup>92</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 63.

<sup>93</sup> Jonathan Escolar Borrero, *La epidemia de cólera de 1885...*, cit., p. 10.

<sup>94</sup> Alguns daqueles bens foram vendidos em Lisboa, em hasta pública. Outros foram armazenados no lazareto, “na expectativa de que nova temporada cholericá que, a manifestar-se, se não faria talvez esperar muito tempo”. Acabaram por se estragar. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 63.

<sup>95</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 64.

tido na decisão dos portugueses de abandonarem o acampamento. Também se omitia que a situação era por demais conveniente ao governo português. É certo que custeara a permanência dos pescadores em solo espanhol, mas, ainda assim, com menores despesas do que as previstas, porque Espanha oferecera a assistência médica e farmacêutica<sup>96</sup>.

Igualmente fica por explicar, no contexto deste relato, porque é que Marvão entrara nas contas dos inspetores, contra a vontade dos pescadores. É num apartado separado que os leitores são informados da existência de duas contestações contra o lazareto movidas pela câmara municipal de Vila Real de Santo António e pelos moradores<sup>97</sup>. Começando por afirmar “verdadeira surpresa” em relação aos documentos remetidos pelo governador civil de Faro ao Ministério do Reino, Cunha Bellém e José Ennes acabam por reconhecer ter sabido, por correspondência confidencial, “que os povos queriam assaltar o lazareto, e que, se aparecesse a cholera em Ayamonte, o assaltariam sem duvida, por o considerarem como uma ameaça de perigo imminente para a villa”<sup>98</sup>. Aquando das reclamações, o lazareto apenas funcionado 17 dias entre julho e setembro e 8 dias em outubro.

A desconstrução da argumentação apresentada pelos queixosos pende entre o registo irónico e acusações diretas, no mesmo tom violento que os inspetores já tinham usado para se defenderem de críticas contra outros lazaretos<sup>99</sup>. Em Vila Real, atacam em várias direções, estranhando a revolta do poder local e do guarda-mor da saúde, que haviam acompanhado a escolha do local “sem o menor protesto”, e insurgindo-se contra a população, gananciosa, que não se queixara quando inflacionou os preços dos materiais para obter maiores lucros, gente ignorante e analfabeta ou que mal sabia escrever, que se “mettia (...) a discutir sciencia”, “um luxo scientifico que muito honra a diffusão da instrucção no nosso paiz”<sup>100</sup>. Assim acontecia com a proposta de substituição daquele lazareto por um marítimo, na ilha de Tavira, quando o que estava em causa era um lazareto *terrestre*, de fronteira, para acolher passageiros vindos da outra margem do Guadiana.

À reclamação de que o lazareto prejudicava “o logradouro do areal que os habitantes escolhiam nas noites calmosas e (...) apavora[va] os transeuntes que íam para a costa pela margem, ou os barqueiros que por ali faziam o

---

<sup>96</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 180.

<sup>97</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 171-180.

<sup>98</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 171.

<sup>99</sup> Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”..., cit., p. 168-171.

<sup>100</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 173.

seu sirgal”<sup>101</sup>, os inspetores respondiam com sarcasmo, lamentando que “os honrados municipais de Villa Real” não pudessem prescindir do seu passeio à beira-mar enquanto o país fazia sacrifícios para evitar a cólera. Isto, apesar de, para chegar à praia, terem de percorrer caminhos imundos e malcheirosos, devido às fábricas de peixe e azeite, autorizadas pela zelosa câmara, que assim “deixou embelezar” o dito logradouro. Não esquecendo as eiras de seca do atum e as fábricas de conserva e salga, ao longo da praia ou perto das habitações, quando não mesmo dentro delas. E, até, o facto de a quarentena marítima se fazer pouco abaixo do lazareto, sem que a acumulação de barcos, tripulantes e passageiros, onde faltavam condições de higiene, isolamento ou cuidados de saúde, os preocupasse sobremaneira<sup>102</sup>.

Não era também atendível, na perspetiva dos inspetores, o facto de o lazareto prejudicar a sirgagem dos barcos, serviço que consideravam quase desnecessário naquele local, apesar de poder ser feito depois da linha de vedação dos sete barracões, onde não entravam coléricos – lembravam. Os “doutos” opositores confundiam o lazareto, destinado a pessoas sãs, com o hospital de coléricos, afastado a sul, praticamente inacessível pela vila<sup>103</sup>. E mesmo que o lazareto recebesse coléricos, “o micro-organismo, germen do cholera, não salta, nem voa”. Pior estariam as sentinelas que policiavam o recinto e nunca, em parte alguma, alguém se lembrara de semelhante risco. Reputam igualmente de falsas as alegações sobre os perigos de comunicação com o exterior (“ou de infiltração de principios morbigenicos nas paredes de madeira, tudo aquilo exposto com um luxo de sciencia avariada nas representações”<sup>104</sup>). E rebatem, circunstanciadamente e com pormenores aritméticos, as apreciações sobre o que apelidavam de insuficiência de arejamento do lazareto, matéria onde consideram haver tantos erros como na

---

<sup>101</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 173

<sup>102</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 172.

<sup>103</sup> Sobre o assunto, escreveriam, noutro contexto, que havia necessidade de “reconstruir o hospital para cholericos, porque o primitivo – levantado sobre as dunas da costa, em areias sempre movediças, sem fundamentos de alvenaria, por não ter havido tempo para os formar, e erguido sobre prumos de pequenas dimensões, por não haver outros nos mercados da provincia – soffreu os naturaes resultados da deslocação das areias, e caiu em ruinas”. Fica-se a saber, por esta resposta, que o hospital apenas tinha recebido, no início de setembro, um suspeito com sintomas de cólera e seu acompanhante, e que se havia registado um morto no lazareto, com diagnóstico incerto. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 87.

<sup>104</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 175.

parte médica<sup>105</sup>. Por fim, reiteram o inusitado de tantas críticas, que afirmam não terem existido nos demais lazaretos, dois deles também próximos de povoações, omitindo as especificidades desses mesmos locais<sup>106</sup>.

A peculiaridade que Cunha Bellém e José Ennes encontram na contestação a um lazareto que se destinava apenas a passageiros de terceira classe e pobres servia-lhes para desferir a estocada final: a suspeição sobre a alfândega, como mentora dos protestos (“e ella lá soube por que motivo”)<sup>107</sup>. Suspeições que davam força às levantadas pelo governador civil de Faro, Jerónimo Bivar, quando o visitaram, a 22 de junho, sobre a fiscalização aduaneira das transações feitas na costa e no mar alto, particularmente sobre “uma pesqueira defronte de Tavira”, onde os pescadores da Fuzeta e de Olhão vendiam o peixe a barcos espanhóis, assim fugindo aos impostos. Desconfianças que o governador alargava ao tráfico entre os barcos espanhóis provenientes do mar de Larache e os barcos de pesca portugueses<sup>108</sup>.

Certo é que, por “falta de materia prima”<sup>109</sup>, o lazareto de Vila Real de Santo António foi encerrado desde o dia em que o porto de Ayamonte foi considerado “sujo”. Reabriria, a 19 de novembro, por breves períodos, num total de 12 dias até finais de dezembro<sup>110</sup>, apenas para acolher quatro transgressores do cordão sanitário e a polícia que os capturara. Por essa altura, indicam os relatores, já tinham acabado as reclamações e ameaças de destruição do lazareto<sup>111</sup>, mas, ainda assim, se protelava o repatriamento dos pescadores. Quando, por fim, em fevereiro do ano seguinte, mineiros, pescadores e suas famílias começaram a entrar pelo lazareto de Vila Real<sup>112</sup>, já a epidemia fora dada como extinta, conforme referido. Por isso, era manifestamente exagerada a afirmação dos inspetores de que por Vila Real tinham passado, “durante muito tempo”, à razão de 40 pessoas por dia, dos “quarentenários mais perigosos que atravez dos lazaretos entraram no paiz”<sup>113</sup>. Aliás, iam em sentido contrário as orientações

---

<sup>105</sup> Só mais tarde, a concluir o relatório nacional, haveriam de registar que o lazareto de Vila Real “não passa ainda de um barracão provisório”. *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 225.

<sup>106</sup> Veja-se Laurinda Abreu, “Cólera em Portugal na segunda metade do século XIX”..., cit., p. 165-166.

<sup>107</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 176.

<sup>108</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., primeira parte, p. 133.

<sup>109</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., primeira parte, p. 177.

<sup>110</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1885...*, cit., segunda parte, p. 59.

<sup>111</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59.

<sup>112</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 63.

<sup>113</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 59.

então enviadas ao diretor do lazareto, uma versão aligeirada das instruções deixadas a 25 de junho de 1885, por Cunha Bellém e José Ennes<sup>114</sup>.

Enquanto, a sul, decorria o repatriamento, a norte, começava-se a aligeirar o rigor das quarentenas, a encerrar os lazaretos e a levantar o cordão sanitário. A 25 de fevereiro, aconteceu com os lazaretos de Elvas e Marvão (ambos com restrições aliviadas desde novembro) e, finalmente, a 22 de abril, com o de Vila Real de Santo António, suprimindo-se então “todas as medidas de vigilância, terrestres, fluviais e marítimas, que ainda subsistiam no Algarve”<sup>115</sup>. Nas “duas temporadas coléricas”, os cinco lazaretos tinham recebido 21 541 pessoas. Destas, 5 762 tinham estanciado em Vila Real de Santo António, a maioria das quais quarentenários de quarta classe (tabela 1)<sup>116</sup>.

Tabela 1 – Tipologia dos quarentenários na “segunda temporada colérica”<sup>117</sup>

Classes	Marvão (11.06.85/4.03.86)	Elvas (13.06.85/4.03.86)	Vilar Formoso (15.06.85/15.02.86)	Valença (21.06.85/15.02.86)	Vila Real (15.07.85/22.04.86)
Primeira	710	287	77	364	9
Segunda	316	518	183	1870	20
Terceira	620	3604	850	2078	53
Quarta	386	–	–	–	3495
Total	3535	4409	1110	4312	3577

Fonte: *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 283.

## Considerações finais

Acérrimos defensores dos cordões sanitários e dos lazaretos como melhor meio de defesa do país contra as epidemias, considerando as deficiências nacionais em termos sanitários, a escassez de recursos de saúde (materiais

<sup>114</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 26-27.

<sup>115</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 67.

<sup>116</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 315-316.

<sup>117</sup> Não há indicações sobre as classes que quarentenaram na “primeira temporada”, e, mesmo para a segunda, há que tomar os números com alguma cautela dadas as várias correções referidas pelos inspetores.

e humanos) e o atraso da “medicina pública”<sup>118</sup>, Cunha Bellém e José Ennes concediam que o sistema era dispendioso e compreendiam as dificuldades dos soldados e guardas-fiscais em separar a própria família e amigos, dado o caráter artificial das fronteiras na divisão do território. Admitiam que alguns deles, por falta de cuidado ou maior recetividade à corrupção, afrouxavam a fiscalização, mas concluíam que, na impossibilidade de colocar um vigilante sanitário atrás de cada passageiro – numa indireta referência à atuação inglesa –, seria preferível atuar sobre os infratores.

Assumiam que, devido à inexperiência e pressão do tempo, haviam feito despesas desnecessárias e pago preços especulativos, todavia o que verdadeiramente importava era o êxito obtido, concluindo que, “se á defeza se deve a immuidade do terrível flagello, barato e economico e abençoado foi o systema de defeza”<sup>119</sup>. Lamentavam, no entanto, que não se tivesse obrigado os quarentenários com maior capacidade económica a pagar mais pela estadia nos lazaretos, sobretudo os que “exigiram melhores commodos e regalos”<sup>120</sup>. Não tinha sido esse o caso de Vila Real de Santo António, o mais despojado, se não mesmo o mais indigente de todos os lazaretos, como comprovado pelo *extracto do mappa geral de carga dos valores existentes em todos os lazaretos. Mobilia, loiças e utensílios*<sup>121</sup>. Tal como ocorrera em Elvas, também ali não sobram fatos, “porque todos foram distribuidos aos pescadores, em troca dos proprios, que, por sordidos, tiveram de ser inutilizados”<sup>122</sup>.

Ao lazareto algarvio e ao modo como havia sido organizado o repatriamento dos pescadores, Cunha Bellém e José Ennes atribuíam boa parte do sucesso nacional sobre a epidemia de cólera, que dizimara o país vizinho. A agonia que expressam no tributo prestado aos pescadores do Algarve omite a memória dos que tinham sido enterrados no areal da Isla Cristina, sacrificados pela segurança do país. Orgulhosos do trabalho desempenhado, asseguram a sua prontidão para repetir a experiência que então terminava, assim o ministro do Reino o considerasse apropriado, respeitando a “velha sentença, que tem a perenne juventude da verdade: *Salus populi suprema lex*”<sup>123</sup>.

---

<sup>118</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 11.

<sup>119</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 317.

<sup>120</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 317.

<sup>121</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 147-150.

<sup>122</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1884 e 1886...*, cit., appendice, p. 151.

<sup>123</sup> *Os Lazaretos terrestres de fronteira nos annos de 1885 e 1886...*, cit., segunda parte, p. 320.